

STJ00109589

INGO WOLFGANG SARLET
LUIZ GUILHERME MARINONI
DANIEL MITIDIERO

**CURSO DE
DIREITO
CONSTITUCIONAL**

9ª edição
revista e atualizada

2020

saraiva  jur



saraiva
EDUCAÇÃO

saraiva **PA**

Av. Doutora Ruth Cardoso, 7.221, 1º andar, Setor B
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902

SAC

sac.sets@somoseducao.com.br

| | |
|--|---|
| Direção executiva | Flávia Alves Bravin |
| Direção editorial | Renata Pascual Müller |
| Gerência editorial | Roberto Navarro |
| Gerência de produção e planejamento | Ana Paula Santos Matos |
| Consultoria acadêmica | Murilo Angeli Dias dos Santos |
| Planejamento | Claíssa Boraschi Maria (coord.) |
| Novos projetos | Melissa Rodriguez Arnal da Silva Leite |
| Edição | Eveline Gonçalves Denardi (coord.) Aline Darcy Flôr de Souza |
| Produção editorial | Fernanda Matajs (coord.) Luciana Cordeiro Shirakawa |
| Arte e digital | Mônica Landi (coord.) Amanda Mota Loyola Camilla Felix Cianelli Chaves Claudirene de Moura Santos Silva Deborah Mattos Guilherme H. M. Salvador Tiago Dela Rosa |
| Projetos e serviços editoriais | Breno Lopes de Souza Josiane de Araujo Rodrigues Kelli Priscila Pinto Laura Paraíso Buldrini Filogônio Marília Cordeiro Mônica Gonçalves Dias |
| Diagramação | Gisele Paranhos |
| Revisão | Paulo Cezar de Mello |
| Capa | Deborah Mattos |
| Produção gráfica | Marli Rampim Sergio Luiz Pereira Lopes |
| Impressão e acabamento | BMF Gráfica e Editora |

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057

Sarlet, Ingo Wolfgang ; Mitidiero, Daniel ; Marinoni, Luiz Guilherme

Curso de direito constitucional / Ingo Wolfgang Sarlet; Daniel Mitidiero; Luiz Guilherme Marinoni. – 9. ed. – São Paulo : Saraiva Educação, 2020.
1552 p.

Bibliografia
ISBN 978-85-536-1373-1 (impresso)

1. **Direito constitucional** 2. Direito constitucional - Brasil I. Título.

20-0081 CDD 340

Índice para catálogo sistemático:

1. Direito constitucional 342

Data de fechamento da edição: 13-1-2020

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 606028 CAE 721418

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| <i>Sobre os autores</i> | 5 |
| <i>Nota à 9.ª Edição</i> | 9 |
| <i>Nota à 8.ª Edição</i> | 11 |
| <i>Notas preliminares para a 7.ª Edição</i> | 13 |
| <i>Nota à 6.ª Edição</i> | 15 |
| <i>Nota à 5.ª Edição</i> | 17 |
| <i>Nota à 4.ª Edição</i> | 19 |
| <i>Nota à 3.ª Edição</i> | 21 |
| <i>Nota à 2.ª Edição</i> | 23 |
| <i>Apresentação</i> | 45 |
| | |
| PRIMEIRA PARTE | |
| Teoria da Constituição e do Direito Constitucional | 47 |
| | |
| 1. A Constituição em perspectiva histórico-evolutiva – Dos antecedentes à afirmação do constitucionalismo moderno e do assim chamado Estado Constitucional <i>Ingo Wolfgang Sarlet</i> | 49 |
| 1.1 Considerações introdutórias..... | 49 |
| 1.2 O caso da Inglaterra e suas peculiaridades..... | 54 |
| 1.3 Os Estados Unidos da América: a “viragem de Copérnico” da evolução constitucional . | 57 |
| 1.4 O legado da experiência constitucional na França | 61 |
| 1.5 A ampliação do constitucionalismo pelo mundo ocidental: rumo ao modelo do Estado Constitucional como paradigma universal..... | 63 |
| 1.6 A Lei Fundamental da Alemanha (1949): notas sobre sua formação, evolução e conteúdo | 65 |
| 1.6.1 Precedentes e o dismantelamento da ordem constitucional pretérita por força da ditadura nacional-socialista | 65 |
| 1.6.2 Elaboração, conteúdo e afirmação da Lei Fundamental de 1949..... | 67 |
| 1.6.3 A “queda do muro”, a reunificação e a adoção da Lei Fundamental de 1949 como Constituição Federal da Alemanha..... | 72 |
| | |
| 2. Classificação das constituições <i>Ingo Wolfgang Sarlet</i> | 76 |

| | |
|---|-----|
| 3. Estrutura, funções e conteúdo das constituições | |
| <i>Ingo Wolfgang Sarlet</i> | 85 |
| 3.1 As constituições e sua estrutura | 85 |
| 3.1.1 Considerações de caráter geral | 85 |
| 3.1.2 O preâmbulo das constituições, com destaque para o problema de sua força jurídica na Constituição Federal de 1988 | 85 |
| 3.1.3 Disposições constitucionais permanentes | 90 |
| 3.1.4 Disposições constitucionais transitórias | 92 |
| 3.2 As funções da Constituição | 94 |
| 3.3 O problema do conteúdo das constituições..... | 98 |
| 4. Conceito e características do direito constitucional | |
| <i>Ingo Wolfgang Sarlet</i> | 102 |
| 5. Do poder constituinte e da mudança (reforma e mutação) constitucional | |
| <i>Ingo Wolfgang Sarlet</i> | 105 |
| I – Do poder constituinte | 105 |
| 5.1 Notas introdutórias..... | 105 |
| 5.2 O que é o poder constituinte? | 106 |
| 5.2.1 Generalidades | 106 |
| 5.2.2 A natureza do poder constituinte | 108 |
| 5.2.3 Distinção entre poder constituinte formal e poder constituinte material..... | 109 |
| 5.2.4 Características do poder constituinte | 110 |
| 5.3 Quem é o titular do poder constituinte? O problema da legitimidade do poder constituinte e da Constituição..... | 112 |
| 5.4 Formas de manifestação (expressão ou exercício) do poder constituinte..... | 115 |
| 5.4.1 Aspectos introdutórios | 115 |
| 5.4.2 As formas democráticas de exercício do poder constituinte..... | 117 |
| 5.4.3 A revolução como forma da manifestação do poder constituinte | 119 |
| 5.5 Limites e condicionamentos do poder constituinte? | 123 |
| II – Teoria da mudança constitucional – A reforma e a mutação constitucional | 125 |
| 5.6 Generalidades e distinção entre as diversas formas de mudança constitucional: processos formais e informais (mutação constitucional)..... | 125 |
| 5.7 O poder de reforma da Constituição | 127 |
| 5.7.1 Questões terminológicas | 127 |
| 5.7.2 Natureza, características e funções do poder de reforma constitucional..... | 128 |
| 5.7.3 O poder de reforma na Constituição Federal de 1988 | 130 |
| 5.7.3.1 A distinção entre revisão e emendas como modalidades de reforma da Constituição | 130 |
| 5.7.4 Os limites da reforma constitucional | 133 |
| 5.7.4.1 Considerações gerais | 133 |
| 5.7.4.2 Limites formais | 134 |
| 5.7.4.3 Limites circunstanciais | 139 |
| 5.7.4.4 O problema dos limites materiais (as assim chamadas “cláusulas pétreas”) | 142 |

| | | |
|-----------|---|-----|
| 5.7.4.4.1 | Natureza e significado dos limites materiais | 142 |
| 5.7.4.4.2 | Espécies de limitações materiais ao poder de reforma..... | 144 |
| 5.8 | A assim chamada “mutação” constitucional e suas formas de manifestação: algumas aproximações..... | 168 |
| 5.8.1 | Considerações gerais: conceito e modalidades de mutação constitucional | 168 |
| 5.8.2 | Mecanismos (modos) de mutação constitucional | 171 |
| 5.8.3 | Limites da mutação constitucional: o problema das mutações inconstitucionais ... | 173 |
| 6. | Eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais | |
| | <i>Ingo Wolfgang Sarlet</i> | 177 |
| 6.1 | Alguns aspectos terminológicos e conceituais..... | 177 |
| 6.2 | Apresentação e discussão das principais classificações das normas constitucionais quanto à sua eficácia e aplicabilidade adotadas no Brasil | 182 |
| 6.2.1 | As posições “clássicas” e a sua gradual superação..... | 182 |
| 6.3 | Apreciação crítica das diferentes posições | 191 |
| 6.4 | Síntese conclusiva..... | 197 |
| 7. | O problema da efetividade das normas constitucionais e da força normativa da Constituição | |
| | <i>Ingo Wolfgang Sarlet</i> | 202 |
| 8. | A norma constitucional no “tempo” – Relações entre a Constituição e a ordem jurídica anterior | |
| | <i>Ingo Wolfgang Sarlet</i> | 207 |
| 8.1 | Considerações gerais..... | 207 |
| 8.2 | A Constituição e o direito constitucional anterior..... | 208 |
| 8.2.1 | A Constituição originária e a Constituição anterior..... | 208 |
| 8.2.2 | As emendas constitucionais e o direito constitucional (originário) anterior..... | 209 |
| 8.3 | A Constituição e o direito infraconstitucional anterior | 210 |
| 9. | A Constituição e as relações com o direito estrangeiro e internacional – O problema da aplicação das normas constitucionais no espaço | |
| | <i>Ingo Wolfgang Sarlet</i> | 214 |
| 9.1 | Considerações introdutórias..... | 214 |
| 9.2 | Relações entre o direito estrangeiro e a Constituição..... | 215 |
| 9.3 | O direito internacional e a Constituição Federal de 1988 | 219 |
| 10. | Linhas mestras da interpretação constitucional | |
| | <i>Ingo Wolfgang Sarlet</i> | 223 |
| 10.1 | Noções gerais | 223 |
| 10.2 | Princípios da interpretação constitucional | 227 |
| 10.2.1 | O princípio da unidade da Constituição | 227 |
| 10.2.1.1 | Princípio do efeito integrador | 228 |
| 10.2.1.2 | O princípio da “concordância prática” ou da “harmonização” | 229 |
| 10.2.1.3 | A assim chamada “ponderação” (ou “balanceamento”) no campo da interpretação e aplicação da Constituição | 230 |
| 10.2.1.4 | Proporcionalidade e razoabilidade como princípios e critérios de interpretação constitucional | 231 |
| 10.2.2 | O princípio da supremacia da Constituição..... | 234 |

| | | |
|--------------------------|--|-----|
| 10.2.2.1 | O princípio da máxima eficácia e efetividade da Constituição | 235 |
| 10.2.2.2 | O princípio da força normativa da Constituição | 235 |
| 10.2.2.3 | O princípio da interpretação (das leis) conforme à Constituição..... | 235 |
| 10.2.3 | O princípio da divisão de poderes e o correlato princípio (dever) da conformidade funcional: o problema da autorrestrição por parte da jurisdição constitucional e as assim chamadas “capacidades institucionais”..... | 238 |
| SEGUNDA PARTE | | |
| | O Sistema Constitucional Brasileiro | 241 |
| 1. | O constitucionalismo brasileiro em perspectiva histórico-evolutiva – Da Constituição Imperial de 1824 à assim chamada “Constituição-Cidadã” de 1988 <i>Ingo Wolfgang Sarlet</i> | 243 |
| 1.1 | Os primórdios e a Carta Imperial de 1824..... | 243 |
| 1.2 | A Proclamação da República e a implantação da Federação: a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891..... | 247 |
| 1.3 | A Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934 | 251 |
| 1.4 | O Estado Novo e a Carta de 1937 (a Constituição “Polaca”) | 252 |
| 1.5 | A Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946..... | 255 |
| 1.6 | A Constituição do Brasil de 1967 e a EC 1/1969 | 256 |
| 1.7 | Breves notas sobre a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 | 258 |
| 2. | Dos princípios fundamentais <i>Ingo Wolfgang Sarlet</i> | 266 |
| | I – Notas introdutórias: função, classificação e eficácia dos princípios constitucionais fundamentais . | 266 |
| | II – Princípios gerais estruturantes e constitucionalmente conformadores da ordem jurídico-constitucional..... | 271 |
| 2.1 | Princípio da dignidade da pessoa humana..... | 271 |
| 2.1.1 | Considerações gerais..... | 271 |
| 2.1.2 | Breves notas sobre a forma de positivação (reconhecimento) da dignidade da pessoa humana na Constituição Federal | 272 |
| 2.1.3 | Funções da dignidade da pessoa humana na arquitetura jurídico-constitucional... | 275 |
| 2.2 | Princípio do Estado Democrático e Socioambiental de Direito..... | 279 |
| 2.2.1 | Noções gerais | 279 |
| 2.2.2 | O princípio democrático e a soberania popular | 280 |
| 2.2.3 | O princípio do pluralismo político | 286 |
| 2.2.4 | O princípio do Estado de Direito | 287 |
| 2.2.5 | O princípio do Estado Socioambiental (a conjugação da justiça social, da realização dos direitos humanos e fundamentais sociais e da proteção do ambiente)... | 297 |
| 2.2.6 | Princípio republicano..... | 301 |
| 2.2.7 | O princípio federativo..... | 304 |
| 2.2.8 | O princípio da sustentabilidade (ou desenvolvimento sustentável)..... | 304 |
| | III – Os objetivos fundamentais do Estado Democrático (Socioambiental) de Direito | 307 |
| | IV – Princípios que regem as relações internacionais | 308 |

| | |
|---|-----|
| 3. Teoria geral dos direitos fundamentais | |
| <i>Ingo Wolfgang Sarlet</i> | 312 |
| 3.1 Considerações gerais | 312 |
| 3.1.1 Aspectos terminológicos: direitos humanos e/ou direitos fundamentais? | 313 |
| 3.2 Os direitos fundamentais em perspectiva histórico-evolutiva e as assim designadas dimensões (ou “gerações”) de direitos fundamentais..... | 316 |
| 3.2.1 Considerações preliminares | 316 |
| 3.2.2 A “pré-história” dos direitos fundamentais: dos primórdios à noção de direitos naturais (inatos e inalienáveis) do homem | 317 |
| 3.2.3 O reconhecimento dos direitos fundamentais na esfera do direito positivo | 319 |
| 3.2.3.1 Antecedentes (o período pré-constitucional)..... | 319 |
| 3.2.4 As assim chamadas “dimensões” (gerações?) dos direitos fundamentais: a trajetória evolutiva dos direitos fundamentais do Estado Liberal ao Estado Constitucional Socioambiental | 322 |
| 3.2.4.1 Os direitos fundamentais no âmbito do Estado Liberal (a assim chamada “primeira dimensão”)..... | 324 |
| 3.2.4.2 O advento do Estado Social e os direitos econômicos, sociais e culturais (a assim chamada “segunda dimensão”)..... | 325 |
| 3.2.5 A titularidade transindividual e os assim chamados “direitos da terceira dimensão”... .. | 326 |
| 3.2.6 Existem direitos fundamentais de quarta, quinta e sexta dimensão? | 328 |
| 3.2.7 As dimensões (“gerações”) dos direitos em perspectiva crítica | 330 |
| 3.3 O conceito de direitos fundamentais no sistema constitucional brasileiro..... | 331 |
| 3.3.1 A dupla fundamentalidade em sentido formal e material..... | 331 |
| 3.3.2 A abertura (expansividade) do catálogo constitucional dos direitos fundamentais: significado e alcance da norma contida no art. 5.º, § 2.º, da CF..... | 334 |
| 3.3.2.1 Noções preliminares..... | 334 |
| 3.3.2.2 Classificação dos direitos fundamentais com base no critério da abertura material do catálogo constitucional..... | 337 |
| 3.3.2.3 Direitos previstos no Título II da CF..... | 342 |
| 3.3.2.4 Direitos fundamentais dispersos no texto constitucional..... | 344 |
| 3.3.2.5 Direitos sediados nos tratados internacionais de direitos humanos..... | 348 |
| 3.3.2.5.1 Generalidades..... | 348 |
| 3.3.2.5.2 O procedimento de incorporação dos tratados de direitos humanos na perspectiva da Constituição Federal..... | 350 |
| 3.3.2.5.3 O problema da hierarquia dos tratados de direitos fundamentais na ordem jurídica interna brasileira: direitos fundamentais sem hierarquia constitucional? | 353 |
| 3.4 A dupla dimensão objetiva e subjetiva, a multifuncionalidade e a classificação dos direitos e garantias fundamentais..... | 357 |
| 3.4.1 Os direitos fundamentais e sua dimensão subjetiva | 357 |
| 3.4.2 A assim chamada dimensão objetiva dos direitos fundamentais | 360 |
| 3.4.3 Multifuncionalidade e classificação dos direitos fundamentais na ordem constitucional | 364 |
| 3.5 A titularidade dos direitos e garantias fundamentais: quem é o sujeito dos direitos? | 367 |
| 3.5.1 Considerações gerais..... | 367 |

| | | |
|---------|---|-----|
| 3.5.2 | A pessoa natural como titular de direitos fundamentais: a titularidade universal e sua interpretação na Constituição Federal..... | 368 |
| 3.5.3 | O problema da titularidade de direitos fundamentais por parte dos estrangeiros e a relevância da distinção entre estrangeiro residente e não residente..... | 370 |
| 3.5.4 | O problema da titularidade de direitos fundamentais nos limites da vida..... | 373 |
| 3.5.5 | Pessoas jurídicas como titulares de direitos fundamentais..... | 376 |
| 3.5.6 | Direitos fundamentais da natureza, em especial a titularidade de direitos por parte dos animais não humanos | 378 |
| 3.6 | A aplicabilidade imediata das normas de direitos e garantias fundamentais: significado e alcance do art. 5.º, § 1.º, da CF..... | 381 |
| 3.7 | Destinatários dos direitos e garantias fundamentais | 387 |
| 3.8 | Particulares como destinatários dos direitos fundamentais: o problema da eficácia dos direitos fundamentais nas relações privadas | 391 |
| 3.9 | Limites e restrições de direitos fundamentais | 395 |
| 3.9.1 | Considerações introdutórias | 395 |
| 3.9.2 | O âmbito de proteção dos direitos e garantias fundamentais | 395 |
| 3.9.3 | Os limites dos direitos fundamentais | 398 |
| 3.9.4 | Limites aos limites dos direitos fundamentais | 402 |
| 3.9.4.1 | Noções preliminares..... | 402 |
| 3.9.4.2 | Proporcionalidade e razoabilidade como limites dos limites..... | 403 |
| 3.9.4.3 | A assim chamada garantia do núcleo essencial dos direitos fundamentais. | 411 |
| 4. | Direitos fundamentais em espécie | |
| | <i>Ingo Wolfgang Sarlet</i> | 415 |
| 4.1 | O direito à vida..... | 415 |
| 4.1.1 | Breve histórico: da noção de “direito natural” à consagração como direito humano e fundamental | 415 |
| 4.1.2 | Âmbito de proteção do direito à vida: o conceito de vida para efeitos da tutela jurídica | 418 |
| 4.1.3 | Relação do direito à vida com outros direitos fundamentais..... | 419 |
| 4.1.4 | A titularidade do direito à vida e o problema do início e fim da proteção jurídico-constitucional da vida humana | 422 |
| 4.1.5 | Destinatários (sujeitos passivos): órgãos estatais e particulares | 425 |
| 4.1.6 | O direito à vida e sua dupla dimensão objetiva e subjetiva como dever de proteção e complexo de posições subjetivas de conteúdo negativo e positivo | 425 |
| 4.1.6.1 | Considerações gerais | 425 |
| 4.1.6.2 | Dimensões subjetiva e objetiva do direito à vida..... | 426 |
| 4.1.7 | Limites das intervenções no direito à vida: uma análise a partir de alguns exemplos.. | 428 |
| 4.1.7.1 | Considerações gerais..... | 428 |
| 4.1.7.2 | Existe um direito de matar? O caso da pena de morte e de outras intervenções similares..... | 429 |
| 4.1.7.3 | A discussão em torno da legitimidade constitucional da interrupção da gravidez..... | 431 |
| 4.1.7.4 | O problema de um direito ao suicídio e a discussão em torno das possibilidades e limites da eutanásia | 434 |
| 4.2 | O direito à integridade física e psíquica | 437 |

| | | |
|----------|--|-----|
| 4.2.1 | Considerações gerais..... | 437 |
| 4.2.2 | Direito constitucional estrangeiro e direito internacional dos direitos humanos..... | 438 |
| 4.2.3 | O direito à integridade física e psíquica na Constituição Federal..... | 439 |
| 4.2.3.1 | Observações gerais e relação com outros direitos fundamentais..... | 439 |
| 4.2.3.2 | A dupla dimensão subjetiva (negativa e positiva) e objetiva do direito à integridade física e psíquica..... | 440 |
| 4.2.3.3 | Titulares e destinatários..... | 442 |
| 4.2.3.4 | Intervenções no direito à integridade corporal, limites e restrições: a controvérsia em torno de um direito à disposição do próprio corpo..... | 442 |
| 4.2.3.5 | O caso da proibição da tortura, de todo e qualquer tratamento desumano e degradante, incluindo a proibição das penas cruéis..... | 446 |
| 4.3 | Demais direitos à identidade e integridade pessoal – O direito ao livre desenvolvimento da personalidade e os direitos especiais de personalidade..... | 449 |
| 4.3.1 | Os direitos fundamentais vinculados à proteção da personalidade e os contornos de seu regime jurídico-constitucional..... | 449 |
| 4.3.1.1 | Considerações gerais..... | 449 |
| 4.3.1.2 | Direito internacional dos direitos humanos e constituições estrangeiras..... | 453 |
| 4.4 | O direito ao livre desenvolvimento da personalidade: sua função como cláusula geral e sua relação com os direitos especiais de personalidade..... | 454 |
| 4.5 | Contornos do regime jurídico-constitucional dos direitos de personalidade..... | 456 |
| 4.6 | O direito à vida privada (privacidade e intimidade)..... | 461 |
| 4.6.1 | Considerações gerais..... | 461 |
| 4.6.2 | Conteúdo (âmbito de proteção) do direito à vida privada..... | 462 |
| 4.6.3 | Limites e restrições..... | 466 |
| 4.7 | A salvaguarda do sigilo fiscal e bancário..... | 467 |
| 4.8 | Inviolabilidade do domicílio..... | 472 |
| 4.8.1 | Notícia histórica e generalidades..... | 472 |
| 4.8.2 | Direito internacional dos direitos humanos e evolução constitucional brasileira anterior à Constituição Federal..... | 473 |
| 4.8.3 | Conteúdo e limites do direito à inviolabilidade do domicílio na Constituição Federal..... | 474 |
| 4.9 | A inviolabilidade da correspondência e o sigilo das comunicações em geral..... | 482 |
| 4.10 | Proteção dos dados pessoais..... | 489 |
| 4.11 | Os direitos à honra e à imagem..... | 493 |
| 4.11.1 | Considerações gerais..... | 493 |
| 4.11.2 | O direito à honra..... | 494 |
| 4.11.3 | O direito à (própria) imagem..... | 498 |
| 4.12 | Direitos de liberdade..... | 502 |
| 4.12.1 | Algumas notas sobre um direito geral de liberdade na Constituição Federal e o sistema constitucional das liberdades fundamentais..... | 502 |
| 4.12.2 | Liberdade de expressão..... | 508 |
| 4.12.2.1 | Notas introdutórias: breve mirada sobre a evolução constitucional brasileira pretérita e o direito internacional..... | 508 |
| 4.12.2.2 | A liberdade de expressão na Constituição Federal..... | 511 |
| 4.12.3 | Liberdade de consciência e de crença (liberdade religiosa)..... | 533 |

| | | |
|------------|--|-----|
| 4.12.3.1 | Notas introdutórias e breve mirada sobre a evolução no âmbito do direito internacional, direito constitucional estrangeiro e evolução constitucional brasileira..... | 533 |
| 4.12.3.2 | A liberdade religiosa e a liberdade de consciência na Constituição Federal de 1988..... | 537 |
| 4.12.4 | Liberdade de locomoção | 549 |
| 4.12.4.1 | Considerações gerais e reconhecimento no plano do direito internacional e direito constitucional estrangeiro | 549 |
| 4.12.4.2 | A liberdade de locomoção na evolução constitucional brasileira pretérita..... | 550 |
| 4.12.5 | A liberdade de locomoção na Constituição Federal | 551 |
| 4.12.5.1 | Considerações gerais | 551 |
| 4.12.5.2 | Âmbito de proteção da liberdade de locomoção: sua dimensão objetiva e subjetiva..... | 552 |
| 4.12.5.3 | Titulares e destinatários..... | 553 |
| 4.12.5.4 | Limites da liberdade de locomoção | 554 |
| 4.12.6 | O direito à informação e o direito de acesso à informação..... | 556 |
| 4.12.6.1 | Considerações iniciais | 556 |
| 4.12.6.2 | Conteúdo e alcance do direito à informação | 558 |
| 4.12.6.2.1 | Anotações gerais sobre o objeto do direito à informação..... | 558 |
| 4.12.6.2.2 | Titulares e destinatários..... | 559 |
| 4.12.6.2.3 | Dimensão objetiva e subjetiva (negativa e positiva)..... | 559 |
| 4.12.6.2.4 | Limites e restrições do direito de acesso à informação | 561 |
| 4.12.7 | As garantias constitucionais relativas à prisão: o caso da prisão civil | 564 |
| 4.12.7.1 | Generalidades..... | 564 |
| 4.12.7.2 | A prisão civil: possibilidade e limites na Constituição Federal..... | 564 |
| 4.12.7.2.1 | Generalidades e evolução constitucional pretérita | 564 |
| 4.12.7.2.2 | Conteúdo e âmbito de proteção da proibição da prisão civil na Constituição Federal | 566 |
| 4.12.7.2.3 | A prisão civil no caso de inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentar | 567 |
| 4.12.7.2.4 | A controvérsia em torno da prisão civil do depositário infiel .. | 570 |
| 4.12.7.2.5 | Liberdade de profissão | 572 |
| 4.12.7.2.6 | A liberdade de profissão na Constituição Federal | 575 |
| 4.12.7.2.7 | Liberdade de associação | 586 |
| 4.12.7.2.8 | Liberdade de reunião..... | 597 |
| 4.13 | Direito(s) de igualdade: direito geral de igualdade, cláusulas especiais de igualdade e políticas orientadas para a igualdade..... | 610 |
| 4.13.1 | Considerações introdutórias | 610 |
| 4.13.2 | Da igualdade formal à igualdade material..... | 614 |
| 4.13.3 | Breves notas a respeito da relação entre dignidade, liberdade e igualdade..... | 616 |
| 4.13.4 | Conteúdo e significado do princípio da igualdade e do(s) direito(s) de igualdade na Constituição Federal de 1988 | 617 |
| 4.13.4.1 | Generalidades..... | 617 |

| | | |
|----------|--|-----|
| 4.13.4.2 | Âmbito de proteção: conteúdo e alcance do princípio e do direito geral de igualdade | 618 |
| 4.13.4.3 | Metódica de aplicação do princípio (direito) da igualdade e efeitos de sua violação na condição de direito subjetivo | 625 |
| 4.13.4.4 | Igualdade, diferença e as assim chamadas “ações afirmativas” como promotoras da igualdade material e de políticas de inclusão e reconhecimento | 630 |
| 4.14 | Dos direitos fundamentais sociais | 633 |
| 4.14.1 | Aspectos gerais relativos aos direitos sociais como direitos fundamentais | 633 |
| 4.14.1.1 | Generalidades: os direitos sociais no quadro da evolução constitucional brasileira | 633 |
| 4.14.2 | Breves notas sobre os direitos sociais no âmbito do direito constitucional estrangeiro | 636 |
| 4.14.3 | Os direitos sociais como direitos fundamentais e seu regime jurídico na Constituição Federal | 640 |
| 4.14.3.1 | Aspectos gerais | 640 |
| 4.14.3.2 | Titulares e destinatários dos direitos sociais..... | 645 |
| 4.14.3.3 | O problema da eficácia e efetividade das normas de direitos sociais, com destaque para a controvérsia acerca da exigibilidade dos direitos sociais como direitos a prestações..... | 650 |
| 4.14.3.4 | O problema da proteção dos direitos sociais e o assim designado “princípio da proibição de retrocesso” | 659 |
| 4.14.3.5 | Algumas notas acerca do problema do financiamento dos direitos sociais, das “cláusulas pétreas” e as EC 94 e 95, de 2016..... | 662 |
| 4.15 | Dos direitos sociais em espécie..... | 665 |
| 4.15.1 | Considerações preliminares | 665 |
| 4.15.2 | O direito ao (e a garantia do) mínimo existencial como espécie de categoria transversal | 665 |
| 4.15.3 | O direito à proteção e promoção da saúde | 671 |
| 4.15.4 | O direito à alimentação | 682 |
| 4.15.5 | O direito à moradia | 685 |
| 4.15.6 | O direito à educação | 691 |
| 4.15.7 | O direito ao trabalho | 703 |
| 4.15.8 | O direito ao lazer..... | 707 |
| 4.15.9 | O direito à segurança social: previdência e assistência aos desamparados..... | 708 |
| 4.15.10 | O direito à proteção da maternidade, da infância, da juventude e do idoso..... | 712 |
| 4.15.11 | O direito ao transporte | 719 |
| 4.15.12 | O direito-dever fundamental de proteção e promoção de um meio ambiente saudável | 723 |
| 4.16 | Nacionalidade..... | 733 |
| 4.16.1 | Considerações introdutórias..... | 733 |
| 4.16.2 | A nacionalidade no âmbito do direito internacional, com destaque para o sistema de reconhecimento e proteção dos direitos humanos | 735 |
| 4.16.3 | A nacionalidade no direito constitucional estrangeiro | 736 |
| 4.16.4 | A nacionalidade no âmbito da evolução constitucional brasileira | 737 |
| 4.16.5 | O regime da nacionalidade na Constituição Federal de 1988 | 739 |

| | | |
|--------------|--|-----|
| 4.16.5.1 | Considerações gerais: a nacionalidade como direito e garantia fundamental | 739 |
| 4.16.5.2 | Espécies de nacionalidade..... | 739 |
| 4.16.5.2.1 | A nacionalidade primária: o brasileiro nato..... | 740 |
| 4.16.5.2.2 | A nacionalidade secundária: a naturalização como forma de aquisição da nacionalidade | 744 |
| 4.16.5.3 | Distinções entre os brasileiros natos e os naturalizados | 748 |
| 4.16.5.4 | Perda e reaqüisição da nacionalidade brasileira | 749 |
| 4.16.5.5 | O problema da assim chamada dupla nacionalidade..... | 753 |
| 4.16.5.6 | Um caso especial: a condição jurídico-constitucional dos cidadãos portugueses (a assim chamada quase nacionalidade)..... | 754 |
| 4.16.5.7 | O regime jurídico do estrangeiro na Constituição Federal | 755 |
| 4.16.5.7.1 | Aspectos gerais | 755 |
| 4.16.5.7.2 | A exclusão do estrangeiro por iniciativa estatal: as hipóteses de deportação, expulsão e extradição..... | 757 |
| 4.16.5.8 | As hipóteses de asilo e refúgio | 764 |
| 4.16.5.8.1 | O asilo..... | 764 |
| 4.16.5.8.2 | O refúgio | 766 |
| 4.17 | Direitos políticos..... | 768 |
| 4.17.1 | Considerações gerais: o significado jurídico da democracia e sua relação com os direitos políticos e os direitos fundamentais em geral | 768 |
| 4.17.2 | Os direitos políticos como direitos humanos e fundamentais | 770 |
| 4.17.2.1 | Considerações gerais | 770 |
| 4.17.2.2 | Os direitos políticos no plano supranacional (internacional e regional) | 771 |
| 4.17.3 | Os direitos políticos no constitucionalismo brasileiro..... | 772 |
| 4.17.3.1 | Constituições anteriores | 772 |
| 4.17.3.2 | Os direitos políticos na Constituição Federal de 1988 | 773 |
| 4.17.3.2.1 | Considerações gerais: o regime jurídico-constitucional dos direitos políticos na condição de direitos fundamentais..... | 773 |
| 4.17.3.2.2 | O sufrágio e o direito de voto..... | 778 |
| 4.17.3.2.3 | A titularidade dos direitos políticos..... | 783 |
| 4.17.3.2.4 | O sufrágio passivo: condições de elegibilidade | 785 |
| 4.17.3.2.5 | Ainda o sufrágio passivo: as causas de inelegibilidade | 788 |
| 4.17.3.2.6 | Os casos de perda, suspensão e reaqüisição dos direitos políticos | 799 |
| 4.17.3.2.6.1 | Considerações gerais..... | 799 |
| 4.17.3.2.6.2 | Perda dos direitos políticos | 800 |
| 4.17.3.2.6.3 | As hipóteses de suspensão dos direitos políticos.. | 802 |
| 4.17.3.2.7 | A reaqüisição dos direitos políticos | 808 |
| 4.17.3.2.8 | A regra da anualidade em matéria eleitoral (art. 16 da CF) .. | 808 |
| 4.18 | Dos partidos políticos | 811 |
| 4.18.1 | Considerações gerais: posição e função dos partidos políticos no Estado Democrático de Direito..... | 811 |
| 4.18.2 | As dimensões da liberdade partidária e seus elementos estruturantes e consequências..... | 815 |

| | | |
|----------|--|-----|
| 4.18.3 | Os partidos políticos no direito constitucional brasileiro pretérito..... | 817 |
| 4.18.4 | Os partidos políticos na Constituição Federal de 1988..... | 823 |
| 4.18.4.1 | Anotações preliminares | 823 |
| 4.18.4.2 | Personalidade jurídica dos partidos políticos, sua autonomia e liberdade na CF | 824 |
| 4.18.4.3 | O problema da fidelidade partidária e da correlata perda do mandato . | 827 |
| 4.18.5 | A igualdade de oportunidades entre os partidos políticos | 830 |
| 4.18.5.1 | Aspectos gerais | 830 |
| 4.18.5.2 | Do financiamento dos partidos..... | 831 |
| 4.18.5.3 | Da propaganda eleitoral e do acesso aos meios de comunicação | 833 |
| 5. | Direitos fundamentais processuais | |
| | <i>Luiz Guilherme Marinoni e Daniel Mitidiero</i> | 835 |
| 5.1 | Direito fundamental ao processo justo | 835 |
| 5.1.1 | Introdução | 835 |
| 5.1.2 | Âmbito de proteção..... | 837 |
| 5.1.3 | Titularidade e destinatários | 840 |
| 5.1.4 | Eficácia..... | 842 |
| 5.1.5 | Conformação infraconstitucional | 842 |
| 5.2 | Direito fundamental à colaboração no processo | 843 |
| 5.2.1 | Introdução | 843 |
| 5.2.2 | Âmbito de proteção | 846 |
| 5.3 | Direito fundamental à tutela adequada e efetiva..... | 847 |
| 5.3.1 | Introdução | 847 |
| 5.3.2 | Âmbito de proteção..... | 848 |
| 5.4 | Direito fundamental à igualdade e à paridade de armas..... | 859 |
| 5.4.1 | Introdução | 859 |
| 5.4.2 | Âmbito de proteção..... | 859 |
| 5.5 | Direito fundamental ao juiz natural e ao promotor natural..... | 863 |
| 5.5.1 | Introdução | 863 |
| 5.5.2 | Âmbito de proteção..... | 863 |
| 5.6 | Direito fundamental ao contraditório | 865 |
| 5.6.1 | Introdução | 865 |
| 5.6.2 | Âmbito de proteção..... | 866 |
| 5.7 | Direito fundamental à ampla defesa | 870 |
| 5.7.1 | Introdução | 870 |
| 5.7.2 | Âmbito de proteção..... | 870 |
| 5.8 | Direito fundamental à prova..... | 875 |
| 5.8.1 | Introdução | 875 |
| 5.8.2 | Âmbito de proteção..... | 875 |
| 5.9 | Direito fundamental à publicidade..... | 882 |
| 5.9.1 | Introdução | 882 |

| | | |
|--------|---|-----|
| 5.9.2 | Âmbito de proteção..... | 882 |
| 5.10 | Direito fundamental à motivação das decisões..... | 884 |
| 5.10.1 | Introdução..... | 884 |
| 5.10.2 | Âmbito de proteção..... | 885 |
| 5.11 | Direito fundamental à segurança jurídica no processo..... | 890 |
| 5.11.1 | Introdução..... | 890 |
| 5.11.2 | Âmbito de proteção..... | 890 |
| 5.12 | Direito à assistência jurídica integral..... | 893 |
| 5.12.1 | Introdução..... | 893 |
| 5.12.2 | Âmbito de proteção..... | 895 |
| 5.13 | Direito fundamental à duração razoável do processo..... | 896 |
| 5.13.1 | Introdução..... | 896 |
| 5.13.2 | Âmbito de proteção..... | 896 |
| 5.14 | Direito fundamental ao duplo grau de jurisdição?..... | 899 |
| 5.14.1 | Introdução..... | 899 |
| 5.14.2 | Âmbito de proteção..... | 900 |
| 6. | Ações constitucionais | |
| | <i>Luiz Guilherme Marinoni e Daniel Mitidiero</i> | 901 |
| 6.1 | <i>Habeas corpus</i> | 901 |
| 6.1.1 | Introdução..... | 901 |
| 6.1.2 | Âmbito de proteção..... | 901 |
| 6.1.3 | Titularidade..... | 903 |
| 6.1.4 | Conformação infraconstitucional..... | 904 |
| 6.2 | Mandado de segurança..... | 906 |
| 6.2.1 | Introdução..... | 906 |
| 6.2.2 | Âmbito de proteção..... | 907 |
| 6.2.3 | Titularidade..... | 910 |
| 6.2.4 | Conformação infraconstitucional..... | 911 |
| 6.3 | Mandado de injunção..... | 912 |
| 6.3.1 | Introdução..... | 912 |
| 6.4 | <i>Habeas data</i> | 913 |
| 6.4.1 | Introdução..... | 913 |
| 6.4.2 | Âmbito de proteção..... | 913 |
| 6.4.3 | Titularidade..... | 914 |
| 6.4.4 | Conformação infraconstitucional..... | 914 |
| 6.5 | Ação popular..... | 915 |
| 6.5.1 | Introdução..... | 915 |
| 6.5.2 | Âmbito de proteção..... | 915 |
| 6.5.3 | Titularidade..... | 916 |
| 6.5.4 | Conformação infraconstitucional..... | 917 |
| 6.6 | Ação civil pública..... | 918 |
| 6.6.1 | Introdução..... | 918 |

| | | |
|-----------|--|-----|
| 6.6.2 | Âmbito de proteção..... | 919 |
| 6.6.3 | Titularidade | 920 |
| 6.6.4 | Conformação infraconstitucional | 921 |
| 7. | Da organização do Estado e da repartição de competências | |
| | <i>Ingo Wolfgang Sarlet</i> | 923 |
| I – | Da organização do Estado..... | 923 |
| 7.1 | O Estado Federal no âmbito da teoria e prática das formas de Estado: noções gerais e introdutórias..... | 923 |
| 7.2 | Elementos nucleares qualificadores do Estado Federal..... | 925 |
| 7.3 | O Estado Federal na Constituição de 1988 | 932 |
| 7.3.1 | Breve notícia histórica – formas de Estado e a trajetória do Federalismo no direito constitucional brasileiro | 932 |
| 7.3.2 | Principais novidades: a inclusão do Município como ente federativo e o aperfeiçoamento do assim chamado “federalismo cooperativo”..... | 934 |
| 7.3.3 | A Federação como “cláusula pétrea” (art. 60, § 4º, I, da CF), os assim chamados “princípios sensíveis” (art. 34, VII, da CF) e o instituto das vedações constitucionais (art. 19 da CF)..... | 936 |
| 7.4 | O instituto da Intervenção como garantia da integridade da Federação | 939 |
| 7.4.1 | Noções gerais | 939 |
| 7.4.2 | A Intervenção nos Estados e no Distrito Federal | 941 |
| 7.4.2.1 | Pressupostos materiais e hipóteses de cabimento | 941 |
| 7.4.2.2 | Aspectos de ordem formal e procedimental..... | 946 |
| 7.4.2.2.1 | Iniciativa do processo interventivo | 946 |
| 7.4.2.2.2 | Competência e forma do ato interventivo..... | 948 |
| 7.4.2.2.3 | Amplitude, prazo, condições e consequências da intervenção..... | 948 |
| 7.4.2.2.4 | Do interventor e de sua responsabilidade | 950 |
| 7.4.2.2.5 | Controle político e jurisdicional da intervenção..... | 951 |
| 7.4.3 | A intervenção nos Municípios | 952 |
| II – | Da repartição de competências..... | 953 |
| 7.5 | Noções gerais | 953 |
| 7.6 | Das competências administrativas (materiais) dos entes federativos | 957 |
| 7.6.1 | Aspectos gerais e competências exclusivas (indelegáveis) | 957 |
| 7.6.2 | Competências administrativas comuns (concorrentes)..... | 958 |
| 7.7 | Das competências legislativas | 961 |
| 7.7.1 | Competências legislativas privativas da União e sua delegação | 961 |
| 7.7.2 | Competências legislativas dos Estados | 962 |
| 7.7.3 | Competências legislativas dos Municípios | 963 |
| 7.7.4 | Competências legislativas do Distrito Federal | 965 |
| 7.8 | As competências legislativas concorrentes | 965 |
| 7.8.1 | Considerações gerais | 965 |
| 7.8.2 | Algumas notas sobre o (problemático e controverso) conceito de normas gerais | 967 |

| | | |
|---------|---|------|
| 7.8.2.1 | A competência suplementar dos Estados e do Distrito Federal..... | 968 |
| 7.8.2.2 | A competência suplementar dos Municípios..... | 970 |
| 7.8.2.3 | Considerações de natureza crítica à luz do exemplo da proteção ambiental..... | 971 |
| 8. | Controle de constitucionalidade | |
| | <i>Luiz Guilherme Marinoni</i> | 978 |
| I – | O surgimento do controle judicial de constitucionalidade no direito comparado e a sua evolução no direito brasileiro..... | 978 |
| 8.1 | O surgimento do controle judicial da constitucionalidade das leis nos Estados Unidos . | 978 |
| 8.1.1 | Primeiras considerações..... | 978 |
| 8.1.2 | A superioridade do <i>common law</i> sobre os atos do parlamento inglês..... | 979 |
| 8.1.3 | A Revolução Gloriosa, de 1688, e o significado do princípio da <i>supremacy of the English Parliament</i> | 981 |
| 8.1.4 | Do controle dos atos da colônia a partir do direito inglês ao <i>judicial review</i> estadunidense. Mera inversão do princípio da supremacia do parlamento pelo princípio da supremacia do Judiciário?..... | 983 |
| 8.1.5 | Os significados de “supremacia do parlamento” nas revoluções inglesa e francesa | 985 |
| 8.1.6 | O <i>judicial review</i> diante do princípio da separação dos poderes..... | 988 |
| 8.1.7 | A matriz jusnaturalista da Constituição e os poderes constituinte e constituído | 994 |
| 8.1.8 | O caso <i>Marbury v. Madison</i> . A doutrina <i>Marshall</i> | 995 |
| 8.1.9 | Consideração histórico-crítica acerca do surgimento do sistema americano de controle difuso da constitucionalidade das leis..... | 999 |
| 8.2 | A evolução do controle judicial da constitucionalidade das leis na Europa | 1001 |
| 8.2.1 | Primeiras considerações..... | 1001 |
| 8.2.2 | O sistema austríaco de controle de constitucionalidade | 1002 |
| 8.2.3 | A manutenção do controle concentrado e a expansão do modo incidental. Os Tribunais Constitucionais italiano e alemão | 1004 |
| 8.2.4 | Compreensão do sistema em que o juiz, por não poder decidir a questão constitucional, remete-a para análise da Corte Constitucional..... | 1006 |
| 8.3 | História do controle judicial de constitucionalidade brasileiro..... | 1009 |
| 8.3.1 | A Constituição Imperial..... | 1009 |
| 8.3.2 | A Constituição de 1891 | 1009 |
| 8.3.3 | A Constituição de 1934 | 1012 |
| 8.3.4 | A Constituição de 1937 | 1016 |
| 8.3.5 | A Constituição de 1946 | 1017 |
| 8.3.6 | A Constituição de 1967/1969..... | 1020 |
| 8.3.7 | A Constituição de 1988 | 1024 |
| II – | Formas de controle de constitucionalidade e tipos de inconstitucionalidade..... | 1026 |
| 8.4 | Das formas de controle de constitucionalidade | 1026 |
| 8.4.1 | Controle judicial e controle não judicial | 1026 |
| 8.4.1.1 | Objeto do controle judicial | 1032 |
| 8.4.2 | Controle preventivo e controle repressivo | 1035 |

| | | |
|-----------|---|------|
| 8.4.3 | Controle concreto e controle abstrato | 1037 |
| 8.4.4 | Controle incidental e controle principal..... | 1040 |
| 8.4.5 | Controle difuso e controle concentrado | 1041 |
| 8.5 | As diversas faces da inconstitucionalidade | 1043 |
| 8.5.1 | Inconstitucionalidade formal e inconstitucionalidade material..... | 1043 |
| 8.5.2 | Inconstitucionalidade por ação e inconstitucionalidade por omissão | 1052 |
| 8.5.2.1 | Primeiras considerações | 1052 |
| 8.5.2.2 | Inconstitucionalidade por ação | 1054 |
| 8.5.2.3 | Inconstitucionalidade por omissão..... | 1054 |
| 8.5.2.3.1 | Instrumentos processuais para combater a omissão inconstitucional: mandado de injunção e ação direta de inconstitucionalidade por omissão | 1054 |
| 8.5.2.3.2 | Omissão total e omissão parcial | 1058 |
| 8.5.2.3.3 | Norma constitucional impositiva de dever de legislar e direito fundamental carente de tutela normativa | 1062 |
| 8.6 | Inconstitucionalidade originária e inconstitucionalidade superveniente | 1067 |
| 8.6.1 | Inconstitucionalidade superveniente ou revogação? Consequências práticas..... | 1067 |
| 8.6.2 | Alteração dos fatos e modificação da concepção geral acerca do direito..... | 1070 |
| 8.7 | Inconstitucionalidade total e inconstitucionalidade parcial..... | 1072 |
| 8.8 | Inconstitucionalidade direta e inconstitucionalidade indireta | 1074 |
| III | – Controle difuso de constitucionalidade | 1076 |
| 8.9 | A questão constitucional no processo comum | 1076 |
| 8.10 | A decisão no controle incidental | 1077 |
| 8.11 | A natureza prejudicial da questão de constitucionalidade | 1077 |
| 8.12 | Legitimados a arguir a questão constitucional no controle incidental..... | 1078 |
| 8.13 | O controle de constitucionalidade de ofício | 1081 |
| 8.14 | Da inexistência de preclusão | 1085 |
| 8.15 | Declaração incidental de inconstitucionalidade nos Tribunais Estaduais e Regionais Federais e no STJ)..... | 1085 |
| 8.15.1 | A exigência de <i>quorum</i> qualificado nos Tribunais. Encaminhamento e decisão da questão constitucional | 1085 |
| 8.15.2 | A Súmula Vinculante 10..... | 1086 |
| 8.15.3 | Interpretação conforme e declaração parcial de nulidade sem redução de texto. Exclusividade do Pleno ou Órgão Especial | 1087 |
| 8.15.4 | Não cabimento do incidente de inconstitucionalidade..... | 1088 |
| 8.15.5 | Questão constitucional já decidida pelo STF | 1089 |
| 8.15.6 | Questão constitucional já decidida pelo Plenário ou Órgão Especial | 1090 |
| 8.15.7 | Declaração de inconstitucionalidade no STJ)..... | 1091 |
| 8.15.8 | Procedimento do incidente de inconstitucionalidade nos Tribunais | 1094 |
| 8.15.8.1 | Procedimento prévio perante o órgão fracionário | 1094 |
| 8.15.8.2 | Procedimento perante o Pleno ou o Órgão Especial | 1095 |
| 8.16 | Recurso extraordinário | 1097 |
| 8.16.1 | Recurso extraordinário | 1097 |
| 8.16.2 | Repercussão geral..... | 1099 |

| | | |
|---|---|------|
| 8.16.3 | A imprescindibilidade de os precedentes da Suprema Corte obrigarem os juízos inferiores no sistema em que todo e qualquer juiz tem poder para controlar a constitucionalidade | 1105 |
| 8.16.4 | Os precedentes obrigatórios e a importância da fundamentação das decisões .. | 1110 |
| 8.16.5 | <i>Ratio decidendi</i> e <i>obiter dicta</i> | 1112 |
| 8.16.6 | A individualização dos fundamentos determinantes ou <i>ratio decidendi</i> | 1116 |
| 8.16.7 | A eficácia vinculante dos fundamentos determinantes no STF..... | 1117 |
| 8.16.8 | O julgamento colegiado e a formação do precedente | 1122 |
| 8.16.8.1 | O modelo de julgamento nas Cortes Supremas contemporâneas..... | 1122 |
| 8.16.8.2 | Maioria em relação ao resultado do recurso e maioria quanto ao fundamento: decisão do recurso e precedente | 1124 |
| 8.16.8.3 | Compatibilização entre a função de resolver o recurso e a função de elaborar precedentes..... | 1125 |
| 8.16.8.4 | Proclamação da decisão e da <i>ratio decidendi</i> | 1127 |
| 8.16.8.5 | Os fundamentos diante dos votos individuais | 1128 |
| 8.16.8.6 | Elaboração da justificativa | 1130 |
| 8.16.8.7 | Justificativa e <i>ratio decidendi</i> | 1131 |
| 8.16.9 | Atributos da eficácia vinculante dos fundamentos determinantes | 1132 |
| 8.16.10 | Eficácia temporal da revogação de precedente formado no controle incidental. | 1135 |
| 8.16.10.1 | A questão nos Estados Unidos..... | 1135 |
| 8.16.10.2 | Diferentes razões para tutelar a segurança jurídica: decisão de inconstitucionalidade e revogação de precedente constitucional | 1139 |
| 8.16.10.3 | Efeitos <i>inter partes</i> e vinculantes da decisão de inconstitucionalidade (no controle incidental) e da decisão que revoga precedente constitucional | 1144 |
| 8.16.10.4 | Eficácia prospectiva de decisão revogadora de precedente constitucional e de decisão proferida em controle incidental | 1146 |
| 8.16.10.5 | A função do Senado Federal..... | 1149 |
| 8.17 | Controle incidental na ação civil pública e na ação popular | 1154 |
| 8.18 | O problema do controle incidental da inconstitucionalidade por omissão..... | 1157 |
| 8.18.1 | Primeiras considerações..... | 1157 |
| 8.18.2 | O poder de controle difuso abarca o poder de controlar a omissão inconstitucional..... | 1159 |
| 8.18.3 | Situações em que a falta de lei é frequentemente suprida na prática forense..... | 1159 |
| 8.18.4 | A eficácia dos direitos fundamentais sobre os particulares e o controle incidental da omissão inconstitucional | 1160 |
| 8.18.5 | Os limites do juiz no suprimento da falta de lei necessária à tutela de direito fundamental. O controle da inconstitucionalidade por omissão como controle da insuficiência de tutela | 1164 |
| 8.18.6 | Controle de inconstitucionalidade por omissão à tutela de direito fundamental de natureza processual | 1165 |
| 8.18.7 | Legitimidade do raciocínio decisório no suprimento de técnica processual | 1170 |
| IV – Ação direta de inconstitucionalidade | | 1172 |
| 8.19 | Primeiras considerações | 1172 |

| | | |
|--------|---|------|
| 8.20 | Legitimidade..... | 1173 |
| 8.20.1 | Extensão da legitimidade, legitimados universais e especiais e capacidade para postular | 1173 |
| 8.20.2 | Legitimidade, pertinência temática e interesse de agir | 1177 |
| 8.20.3 | Governador de Estado e Assembleia Legislativa | 1178 |
| 8.20.4 | Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil..... | 1179 |
| 8.20.5 | Partido político..... | 1180 |
| 8.20.6 | Confederação sindical e entidade de classe de âmbito nacional..... | 1182 |
| 8.21 | Objeto | 1187 |
| 8.22 | Parâmetro de controle..... | 1196 |
| 8.23 | Procedimento | 1199 |
| 8.24 | Procedimento sumário em sentido formal..... | 1206 |
| 8.25 | Causa de pedir aberta..... | 1209 |
| 8.26 | Medida liminar | 1212 |
| 8.27 | <i>Amicus curiae</i> | 1216 |
| 8.28 | Esclarecimento de matéria de fato e informações acerca da aplicação da norma impugnada | 1218 |
| 8.29 | Da decisão | 1219 |
| 8.30 | Revogação da norma e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade..... | 1220 |
| V | – Ação declaratória de constitucionalidade..... | 1221 |
| 8.31 | Primeiras considerações | 1221 |
| 8.32 | Legitimidade..... | 1226 |
| 8.33 | Objeto e parâmetro de controle | 1227 |
| 8.34 | Petição inicial | 1228 |
| 8.35 | Controvérsia judicial relevante..... | 1229 |
| 8.36 | Indeferimento da petição inicial | 1231 |
| 8.37 | Participação no processo..... | 1232 |
| 8.38 | Esclarecimento de matéria de fato e informações acerca da aplicação da norma questionada | 1232 |
| 8.39 | Medida liminar e seus efeitos | 1233 |
| 8.40 | Decisão..... | 1236 |
| VI | – Efeitos das decisões de inconstitucionalidade e de constitucionalidade..... | 1237 |
| 8.41 | Eficácia <i>erga omnes</i> | 1237 |
| 8.41.1 | Eficácia <i>erga omnes</i> e coisa julgada material | 1237 |
| 8.41.2 | Decisão de constitucionalidade e possibilidade de posterior ou outra ação direta de inconstitucionalidade | 1239 |
| 8.41.3 | Decisão de constitucionalidade com efeitos <i>erga omnes</i> e impacto das novas circunstâncias sobre o controle difuso | 1244 |
| 8.41.4 | Efeitos temporais da revogação da decisão de constitucionalidade | 1246 |
| 8.42 | Eficácia vinculante | 1247 |
| 8.42.1 | Primeiras considerações..... | 1247 |
| 8.42.2 | Extensão objetiva | 1251 |

| | | |
|---------|---|------|
| 8.42.3 | Extensão subjetiva..... | 1254 |
| 8.43 | Reclamação | 1257 |
| 8.44 | Modulação dos efeitos temporais da decisão de inconstitucionalidade | 1263 |
| 8.45 | Efeitos da decisão de inconstitucionalidade sobre a coisa julgada | 1275 |
| 8.45.1 | Lei inconstitucional e decisão baseada em lei inconstitucional: efeitos da lei e efeitos da decisão judicial | 1275 |
| 8.45.2 | Incompatibilidade da retroatividade da decisão de inconstitucionalidade com o sistema difuso | 1282 |
| 8.45.3 | Coisa julgada e segurança jurídica | 1288 |
| 8.45.4 | Retroatividade da decisão de constitucionalidade sobre a coisa julgada | 1289 |
| 8.45.5 | A impugnação fundada em decisão de inconstitucionalidade no CPC de 2015: da retroatividade à tutela da observância das decisões e dos precedentes constitucionais | 1290 |
| 8.45.6 | Da ação rescisória fundada em “violação literal de lei” (art. 485, V, do CPC/1973) à ação rescisória baseada em violação de “norma jurídica” (art. 966, V, do CPC/2015) | 1292 |
| 8.45.7 | A tese de que não há interpretação controvertida de norma constitucional..... | 1295 |
| 8.45.8 | Não há distinção entre decisão proferida em controle concentrado e controle difuso para efeito de rescindibilidade de coisa julgada..... | 1305 |
| 8.45.9 | A previsão de hipótese de rescisória baseada em ulterior decisão de inconstitucionalidade no CPC de 2015 | 1305 |
| 8.45.10 | O caso <i>Metabel v. União Federal</i> : a não admissão de ação rescisória baseada em ulterior precedente do Supremo Tribunal Federal mediante a afirmação da garantia constitucional da coisa julgada material | 1307 |
| 8.45.11 | Casos em que se admite ação rescisória baseada em violação de norma constitucional..... | 1309 |
| 8.45.12 | Modulação de efeitos e coisa julgada..... | 1311 |
| VII | – Técnicas de decisão | 1314 |
| 8.46 | Inconstitucionalidade, nulidade, decisão declaratória e produção de efeitos | 1314 |
| 8.47 | Declaração de inconstitucionalidade total e declaração de inconstitucionalidade parcial..... | 1318 |
| 8.48 | Inconstitucionalidade por arrastamento | 1318 |
| 8.49 | Pronúncia de inconstitucionalidade sem declaração de nulidade | 1320 |
| 8.50 | Omissão parcial, pronúncia de inconstitucionalidade e isolamento de determinados efeitos | 1321 |
| 8.51 | Norma em trânsito para a inconstitucionalidade | 1322 |
| 8.52 | Interpretação conforme à Constituição | 1325 |
| 8.53 | Declaração parcial de nulidade sem redução de texto..... | 1327 |
| VIII | – Mandado de injunção | 1328 |
| 8.54 | Primeiras considerações | 1328 |
| 8.55 | História do mandado de injunção no STF..... | 1330 |
| 8.56 | Escopo do mandado de injunção | 1338 |
| 8.57 | Natureza mandamental? | 1340 |

| | | |
|--------|---|------|
| 8.58 | Legitimidade | 1344 |
| 8.59 | Medida liminar | 1346 |
| 8.60 | Pressupostos para a concessão do mandado de injunção | 1348 |
| 8.60.1 | Dever de legislar | 1348 |
| 8.60.2 | Mora do legislador | 1350 |
| 8.60.3 | Norma insuficiente e omissão parcial | 1352 |
| 8.60.4 | Norma não autoaplicável | 1354 |
| 8.60.5 | Norma recepcionada pela Constituição, edição superveniente da norma e encaminhamento de projeto de lei | 1355 |
| 8.61 | Coisa julgada nos mandados de injunção individual e coletivo | 1356 |
| 8.62 | Revisão da decisão? A questão dos efeitos temporais da coisa julgada | 1357 |
| 8.63 | Retroatividade apenas para beneficiar | 1358 |
| 8.64 | Eficácia “natural” da coisa julgada | 1358 |
| 8.65 | Eficácia dos precedentes | 1358 |
| 8.66 | O mandado de injunção diante da possibilidade de a falta de lei ser suprida no caso conflitivo concreto | 1360 |
| IX | – Ação direta de inconstitucionalidade por omissão | 1363 |
| 8.67 | Primeiras considerações | 1363 |
| 8.68 | Escopo da ação direta de inconstitucionalidade por omissão | 1365 |
| 8.69 | Objeto da omissão inconstitucional | 1367 |
| 8.70 | Legitimidade | 1368 |
| 8.71 | Procedimento | 1371 |
| 8.72 | Omissão parcial de inconstitucionalidade | 1378 |
| 8.73 | Medida liminar | 1379 |
| 8.74 | Da decisão na ação de inconstitucionalidade por omissão. Crítica | 1382 |
| 8.75 | Efeitos da decisão proferida na ação direta de inconstitucionalidade por omissão. Responsabilidade do Estado por omissão inconstitucional | 1385 |
| X | – Arguição de descumprimento de preceito fundamental | 1392 |
| 8.76 | Primeiras considerações | 1392 |
| 8.77 | Modalidades | 1394 |
| 8.78 | Requisitos da arguição de descumprimento de preceito fundamental | 1395 |
| 8.78.1 | Ausência de outro meio processual capaz de sanar a lesividade de modo eficaz | 1395 |
| 8.78.2 | Relevância do fundamento de controvérsia constitucional sobre lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal, incluídos os anteriores à Constituição ... | 1397 |
| 8.79 | Legitimidade | 1398 |
| 8.80 | Parâmetro de controle | 1400 |
| 8.81 | Objeto | 1402 |
| 8.81.1 | Introdução | 1402 |
| 8.81.2 | Atos do Poder Público | 1402 |
| 8.81.3 | Direito pré-constitucional | 1403 |
| 8.81.4 | Declaração de inconstitucionalidade de direito municipal | 1405 |
| 8.81.5 | Declaração de constitucionalidade dos direitos municipal e estadual | 1406 |

| | | |
|--------|---|------|
| 8.81.6 | Controle de ato legislativo em fase de formação | 1407 |
| 8.81.7 | Norma de caráter secundário..... | 1409 |
| 8.81.8 | Decisões judiciais e arguição de descumprimento de preceito fundamental | 1411 |
| 8.81.9 | A questão da omissão parcial | 1414 |
| 8.82 | Procedimento..... | 1416 |
| 8.83 | Medida liminar | 1419 |
| 8.84 | Decisão e efeitos | 1421 |
| XI | – Representação interventiva | 1422 |
| 8.85 | Introdução | 1422 |
| 8.86 | Legitimidade..... | 1425 |
| 8.87 | Objeto | 1427 |
| 8.88 | Compreensão dos princípios sensíveis como parâmetro para a decretação da intervenção | 1429 |
| 8.89 | Procedimento..... | 1430 |
| 8.90 | Medida liminar | 1431 |
| 8.91 | Decisão e efeitos | 1433 |
| XII | – Controle de constitucionalidade dos direitos estadual e municipal | 1434 |
| 8.92 | Primeiras considerações..... | 1434 |
| 8.93 | Norma estadual e duplicidade de controle de constitucionalidade..... | 1435 |
| 8.94 | Decisão de (in)constitucionalidade de norma constitucional estadual, em face da Constituição Federal, em ação direta de inconstitucionalidade proposta perante o Tribunal de Justiça..... | 1440 |
| 8.95 | Norma constitucional de reprodução e interpretação incompatível com a Constituição Federal. Cabimento de recurso extraordinário | 1441 |
| 8.96 | Ação de inconstitucionalidade por omissão nos Estados-membros..... | 1442 |
| 8.97 | Ação direta de constitucionalidade nos Estados-membros | 1442 |
| 8.98 | Efeitos da decisão proferida em sede de ação direta de âmbito estadual | 1443 |
| XIII | – Controle de convencionalidade | 1445 |
| 8.99 | Introdução. Hierarquia normativa dos tratados internacionais dos direitos humanos ... | 1445 |
| 8.100 | Significado de supralegalidade dos tratados internacionais | 1451 |
| 8.101 | Modos de controle da convencionalidade no direito brasileiro | 1451 |
| 8.102 | Controle de supraconstitucionalidade | 1452 |
| 8.103 | O controle de convencionalidade pela Corte Interamericana de Direitos Humanos | 1455 |
| 8.104 | Objeto e parâmetro do controle de convencionalidade na Corte Interamericana | 1460 |
| 8.105 | Os efeitos das decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos | 1461 |
| | <i>Referências</i> | 1464 |
| | <i>Outras obras dos autores</i> | 1548 |
| | Ingo Wolfgang Sarlet..... | 1548 |
| | Luiz Guilherme Marinoni..... | 1549 |
| | Daniel Mitidiero..... | 1551 |